

3

**Fredie Didier Jr.
Leonardo Carneiro da Cunha**

Curso de **Direito** **PROCESSUAL** **CIVIL**

**Meios de impugnação às decisões
judiciais e processo nos tribunais**

19^a revista
Edição atualizada
ampliada

2022



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 19ª edição	29
Nota dos autores à 13ª edição	31
Prefácio	35

PARTE 1 – O PROCESSO CIVIL NOS TRIBUNAIS

Capítulo 1 ► Da ordem do processo no tribunal	41
1. Generalidades	41
2. A função do regimento interno dos tribunais	42
3. Protocolo, registro e distribuição	43
4. Conexão e prevenção	46
5. Distinções: voto, julgamento, acórdão e ementa	48
5.1. Generalidades	48
5.2. O voto vencido e a sua função em um sistema de precedentes vinculantes	50
5.3. Decisões plurais e voto concorrente	51
5.4. Fundamentação do voto e fundamentação do acórdão. As decisões plurais	52
5.5. A ementa	52
5.6. Lavratura do acórdão e publicação	54
6. A tutela provisória nos tribunais	57
7. A produção de prova em tribunal	58
8. Relator	61
8.1. Generalidades	61
8.2. Poderes do relator	62
8.2.1. Generalidades	62
8.2.2. Poderes ordinatórios	63
8.2.3. O dever geral de correção de defeitos processuais em tribunal (art. 938, §§ 1º e 2º, CPC)	64
8.2.4. Poder instrutório	65
8.2.5. Poderes decisórios	65
8.2.5.1. Homologar autocomposição	65
8.2.5.2. Decidir requerimento de tutela provisória	65
8.2.5.3. Decidir requerimento de concessão de gratuidade da justiça, bem como o pedido de sua revogação	66

8.2.5.4.	Proceder ao juízo de admissibilidade dos recursos	66
8.2.5.4.1.	Generalidades.....	66
8.2.5.4.2.	Dever geral de prevenção.....	67
8.2.5.5.	Proceder ao juízo de mérito dos recursos	70
8.2.5.6.	Decisões finais em processos de competência originária	72
8.2.5.7.	Decisões de conteúdo interlocutório.....	73
9.	Proibição de decisão-surpresa em tribunal.....	73
10.	O julgamento.....	77
10.1.	A colegialidade como regra.....	77
10.2.	Convocação de outros juízes para a composição do <i>quorum</i> do julgamento	77
10.3.	Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta	79
10.4.	Sustentação oral.....	82
10.4.1.	Generalidades.....	82
10.4.2.	Hipóteses em que se admite e em que não se admite sustentação oral	83
10.4.3.	O momento para a apresentação da sustentação oral	86
10.4.4.	A publicidade como meio de viabilizar a sustentação oral.....	87
10.4.5.	Requerimento de sustentação oral.....	88
10.4.6.	Sustentação oral no incidente de resolução de demandas repetitivas	89
10.4.7.	Sustentação oral por videoconferência	89
10.4.8.	Negócios processuais sobre sustentação oral.....	90
10.4.9.	Sustentação oral versus esclarecimento de fato	91
10.5.	Pedido de vista. A Resolução n. 202/2015 do CNJ.....	92
10.6.	Votação própria para o juízo de admissibilidade e para cada um dos pedidos cumulados. A definição dos fundamentos determinantes	93
10.7.	Ampliação do colegiado em caso de divergência	97
10.7.1.	Generalidades.....	97
10.7.2.	Natureza jurídica da ampliação do colegiado e repercussões práticas de sua definição	98
10.7.3.	Observância do juiz natural.....	101
10.7.4.	Ampliação do julgamento na apelação	102
10.7.5.	Ampliação do julgamento no agravo de instrumento.....	104
10.7.6.	Ampliação do julgamento em embargos de declaração	105
10.7.7.	Ampliação do julgamento no agravo interno em apelação ou em agravo de instrumento	107
10.7.8.	Ampliação do julgamento na ação rescisória.....	108
10.7.9.	Embargos de declaração contra acórdão proferido por órgão com composição ampliada.....	111
10.7.10.	Ampliação do colegiado em mandado de segurança.....	111
10.7.11.	Casos em que não se aplica a ampliação da composição	113
10.7.12.	Direito intertemporal na ampliação da composição	113
10.8.	A dispersão de votos (ausência de maioria). O voto-médio.....	115
10.9.	Proclamação do resultado	117
10.10.	Modificação de voto.....	118

PARTE 2 – RECURSOS

Capítulo 2 ► Teoria e parte geral dos recursos	123
1. Conceito de recurso	123
2. Meios de impugnação de decisões judiciais.....	125
3. O princípio do duplo grau de jurisdição.....	126
3.1. Constitucionalidade do princípio	126
3.2. Conteúdo essencial do duplo grau.....	127
3.3. Duplo grau vertical e duplo grau horizontal	129
3.4. Críticas ao duplo grau de jurisdição	129
3.5. Limitações ao duplo grau	130
4. Classificação dos recursos	131
4.1. Quanto à extensão da matéria: recurso parcial e recurso total.....	131
4.2. Quanto à fundamentação: fundamentação livre e fundamentação vinculada	134
5. Atos sujeitos a recurso e recursos em espécie.....	135
6. Desistência do recurso.....	138
7. Renúncia ao direito de recorrer e aquiescência à decisão.....	143
8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito do recurso	145
8.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito: distinção	145
8.2. Generalidades sobre o juízo de admissibilidade	146
8.3. Objeto do juízo de admissibilidade.....	147
8.3.1. Consideração introdutória	147
8.3.2. Cabimento.....	147
8.3.2.1. Generalidades.....	147
8.3.2.2. Princípio da fungibilidade dos recursos.....	148
8.3.2.3. Regra da unicidade, unirrecorribilidade ou singularidade.....	150
8.3.2.4. Regra da taxatividade.....	151
8.3.3. Legitimidade	151
8.3.3.1. Parte	151
8.3.3.2. Recurso do assistente simples	151
8.3.3.3. <i>Amicus curiae</i>	153
8.3.3.4. Terceiro.....	154
8.3.3.5. Ministério Público	155
8.3.4. Interesse	156
8.3.4.1. Generalidades	156
8.3.4.2. Interesse recursal eventual.....	157
8.3.4.3. Interesse recursal e fundamentação da decisão recorrida.....	158
8.3.4.3.1. Generalidades.....	158
8.3.4.3.2. Embargos de declaração	158
8.3.4.3.3. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	158

8.3.4.3.4.	Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	159
8.3.4.3.5.	Formação do precedente obrigatório.....	159
8.3.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	161
8.3.6.	Tempestividade.....	162
8.3.7.	Regularidade formal. A regra da dialeticidade dos recursos	168
8.3.8.	Preparo	169
8.3.8.1.	Generalidades	169
8.3.8.2.	Problemas relacionados ao preparo	171
8.3.8.2.1.	Preparo insuficiente	172
8.3.8.2.2.	Ausência de preparo	174
8.3.8.2.3.	Relevação da deserção	176
8.3.8.3.	Sujeitos dispensados do preparo.....	177
8.3.8.4.	Recursos que dispensam o preparo.....	178
8.4.	Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....	178
8.5.	Juízo de mérito.....	181
8.5.1.	Conceito de mérito do recurso	181
8.5.2.	A causa de pedir recursal: o <i>error in procedendo</i> e o <i>error in iudicando</i>	183
8.5.3.	Cumulação de pedidos no recurso	185
8.5.4.	Julgamento rescindente e julgamento substitutivo. O efeito substitutivo dos recursos	186
9.	Trânsito de técnicas processuais entre os procedimentos recursais	187
10.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> . Vedação ao “benefício comum” do recurso	189
11.	Efeitos dos recursos.....	190
11.1.	Impedimento ao trânsito em julgado	190
11.2.	Efeito suspensivo	191
11.3.	Efeito devolutivo: extensão e profundidade (efeito translativo).....	192
11.4.	Efeito regressivo ou efeito de retratação.....	198
11.5.	Efeito expansivo subjetivo (extensão subjetiva dos efeitos)	198
12.	Recursos subordinados	199
12.1.	Generalidades	199
12.2.	O recurso adesivo	200
13.	Sucumbência recursal	208
Capítulo 3 ► Apelação		217
1.	Generalidades.....	217
1.1.	Conceito e regra geral de cabimento	217
1.2.	Situações excepcionais.....	218
1.2.1.	Embargos infringentes de alçada	218
1.2.2.	Sentença que decreta a falência	218
2.	Apelação contra decisão interlocutória.....	219

2.1.	Generalidades sobre a recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC-2015.....	219
2.2.	Premissa geral para a compreensão do art. 1.009, § 1º, CPC: a apelação contra decisão interlocutória não agravável.....	221
2.3.	Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencida	222
2.4.	Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis pela parte vencedora.....	224
2.4.1.	Generalidades: a apelação do vencedor prevista no § 1º do art. 1.009 e a preclusão das decisões interlocutórias não agraváveis a ele desfavoráveis	224
2.4.2.	A apelação do vencedor como espécie de recurso subordinado. Distinção entre a apelação subordinada do vencedor e o recurso adesivo	226
2.4.3.	A apelação do vencedor como espécie de recurso condicionado. Procedimento de julgamento	229
2.4.4.	Interposição de apelação autônoma pelo vencedor: aplicação da instrumentalidade das formas.....	231
3.	Regularidade formal e prazo.....	232
4.	Efeitos.....	234
4.1.	Efeito devolutivo	234
4.1.1.	Generalidades.....	234
4.1.2.	Questão prejudicial incidental resolvida e efeito devolutivo da apelação	237
4.1.3.	Acordo de organização do processo (art. 357, § 2º, CPC) e profundidade do efeito devolutivo da apelação.....	238
4.1.4.	Apelação nos casos de improcedência liminar do pedido	239
4.2.	Efeito suspensivo	241
4.2.1.	Regra geral e as hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático (art. 1.012, § 1º, CPC).....	241
4.2.1.1.	Generalidades.....	241
4.2.1.2.	Hipóteses em que a apelação não tem efeito suspensivo automático	242
4.2.2.	Modo para requerer efeito suspensivo à apelação (art. 1.012, §§ 3º e 4º).....	246
4.3.	Efeito de retratação.....	248
5.	Alegação nova de fato e alegação de fato novo em apelação	249
6.	Procedimento	251
6.1.	Procedimento da apelação perante o juízo <i>a quo</i>	251
6.2.	Procedimento da apelação no tribunal	253
7.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (art. 1.013, § 3º, CPC)	253
7.1.	Generalidades	253
7.2.	Hipóteses de aplicação da regra.....	256
7.2.1.	Sentença de conteúdo processual (art. 1.013, § 3º, I, CPC).....	256
7.2.2.	Sentença que violou a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II, CPC).....	257
7.2.3.	Sentença que não examinou um pedido (art. 1.013, § 3º, III, CPC).....	258
7.2.4.	Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV, CPC)	259
Capítulo 4 ► Agravo de instrumento		261
1.	Generalidades.....	261

1.1.	Breve histórico legislativo	261
1.1.1.	Os agravos no CPC-1939	261
1.1.2.	Os agravos no CPC-1973	263
1.1.3.	As mudanças operadas pela Lei n. 9.139/1995	264
1.1.4.	As modificações da Lei n. 10.352/2001	265
1.1.5.	As mudanças da Lei n. 11.187/2005	265
1.1.6.	O agravo de instrumento no CPC-2015	265
1.2.	Cabimento	266
1.2.1.	Decisões interlocutórias agraváveis	267
1.2.2.	Decisões interlocutórias não agraváveis	267
1.2.3.	Decisão que decreta a falência	267
1.2.4.	Decisão que julga a fase de liquidação de sentença	268
2.	Decisões agraváveis	270
2.1.	Taxatividade das hipóteses de agravo de instrumento na fase de conhecimento	270
2.2.	Taxatividade e interpretação extensiva	270
2.3.	A “taxatividade mitigada” do rol do <i>caput</i> do art. 1.015: o posicionamento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça	273
2.4.	Hipóteses típicas (art. 1.015, CPC)	276
2.4.1.	Tutela provisória (art. 1.015, I, CPC)	277
2.4.2.	Decisão de mérito (art. 1.015, II, CPC)	278
2.4.2.1.	Generalidades	278
2.4.2.2.	Decisão que aplica multa processual	279
2.4.2.3.	A decisão que indefere uma das provas em produção antecipada de prova	280
2.4.3.	Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, CPC)	281
2.4.3.1.	Generalidades	281
2.4.3.2.	Decisão que versa sobre competência	282
2.4.3.3.	Decisão interlocutória que nega eficácia a negócio jurídico processual	282
2.4.3.4.	Decisão do juízo arbitral sobre sua competência	283
2.4.4.	Decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, CPC)	284
2.4.5.	Decisão sobre gratuidade da justiça (art. 1.015, V, CPC)	285
2.4.6.	Decisão sobre exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, CPC)	286
2.4.7.	Decisão que exclui litisconsorte (art. 1.015, VII, CPC)	287
2.4.8.	Decisão que rejeita pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, CPC)	288
2.4.9.	Decisão que admite ou inadmite intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, CPC)	289
2.4.9.1.	Generalidades	289

2.4.9.2. Regra não aplicável à intervenção do <i>amicus curiae</i> , cujo deferimento é irrecorrível (art. 138, CPC).....	290
2.4.10. Decisão que concede, modifica ou revoga o efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, CPC).....	291
2.4.11. Decisão sobre a redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º (art. 1.015, XI, CPC)	292
2.4.12. Outros casos previstos em lei	293
2.5. A atipicidade do cabimento de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação, cumprimento de sentença, execução, falência e recuperação judicial, e no processo de inventário e partilha (art. 1.015, par. ún., CPC)	294
2.6. A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação popular.....	295
2.7. A recorribilidade das decisões interlocutórias no processo da ação de improbidade administrativa.....	296
2.8. O problema do “protesto por nulidade” (art. 278, CPC)	297
2.9. O problema da decisão de saneamento (art. 357, § 1º, CPC)	298
2.10. O problema das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores e o agravo de instrumento contra decisão parcial.....	300
3. Regularidade formal e prazo.....	302
3.1. Generalidades	302
3.2. Agravo de instrumento em autos eletrônicos	304
3.3. Agravo de instrumento em autos de papel.....	305
3.3.1. Cópias obrigatórias (art. 1.017, I, CPC)	305
3.3.2. Desnecessidade de autenticação das cópias obrigatórias.....	308
3.3.3. Ausência de cópias obrigatórias. Intimação para regularização. Consequências	308
3.3.4. Modos de interposição do agravo de instrumento	309
3.3.5. Comprovação da interposição do agravo de instrumento (art. 1.018, CPC)	310
4. Procedimento do agravo de instrumento.....	313
5. Aplicação do art. 1.013, § 3º, CPC ao agravo de instrumento.....	316
6. Extinção do processo em julgamento de agravo de instrumento.....	316
7. Agravo de instrumento pendente e superveniência de sentença.....	318
Capítulo 5 ► Embargos de Declaração	323
1. Generalidades e cabimento	324
2. Fundamentação vinculada.....	324
2.1. Noções gerais	324
2.2. Erro material.....	325
2.3. Contradição	327
2.4. Omissão	328
2.4.1. Generalidades.....	328
2.4.2. Presunção de omissão: ausência de manifestação sobre o julgamento de casos repetitivos ou de assunção de competência	330

2.4.3. Presunção de omissão: violação do § 1º do art. 489	332
2.5. Obscuridade.....	333
2.6. Decisão <i>ultra</i> e <i>extra petita</i> – jurisprudência	334
2.7. Ausência de requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso – art. 897-A, CLT	334
2.8. Fim da previsão dos embargos em caso de dúvida nos Juizados Especiais (art. 48, Lei 9099/1995).....	335
2.9. Adequação do julgamento a precedente obrigatório	336
3. Decisões embargáveis	337
3.1. Qualquer decisão (art. 1.022, <i>caput</i> , CPC)	337
3.2. Embargos de declaração contra decisão que julga anteriores embargos.....	339
3.3. Embargos de declaração contra decisão proferida em processo administrativo.....	339
4. Dispensa de preparo	340
5. Prazo	340
5.1. Regra geral: cinco dias.....	340
5.2. Aplicação da dobra de prazo, no caso de litisconsortes com advogados diferentes (art. 1.022, § 1º, CPC)	341
5.3. Processo eleitoral: 3 dias (art. 275, Código Eleitoral).....	341
6. Embargos de declaração e preclusão	342
7. Regularidade formal dos embargos de declaração	343
8. Natureza da decisão que julga os embargos de declaração	343
9. Competência.....	345
9.1. Órgão prolator da decisão embargada (art. 1.024, CPC).....	345
9.2. Inclusão em pauta, caso não sejam julgados na sessão subsequente (art. 1.024, § 1º)	347
10. Fungibilidade com o agravo interno: necessidade de intimação para ajustar as razões (art. 1024, § 3º)	347
11. Efeito devolutivo	347
12. Efeito de interromper o prazo para outros recursos (art. 1.026), para qualquer das partes	349
12.1. Generalidades	349
12.2. Interrupção do prazo para embargos de declaração pela parte contrária: STJ, REsp 444.162/GO	350
12.3. Fim da discussão no âmbito dos Juizados Especiais (art. 50, Lei 9.099/1995).....	352
12.4. O efeito interruptivo dos embargos de declaração no processo eleitoral (art. 275, Código Eleitoral).....	352
13. Efeito suspensivo.....	353
13.1. Regra	353
13.2. Possibilidade de requerimento de efeito suspensivo nos próprios embargos de declaração (art. 1.026, § 1º)	354
14. Efeito modificativo.....	355
14.1. Generalidades	355
14.2. Necessidade de contrarrazões (art. 1.023, § 2º; art. 897-A, § 2º, CLT).....	355
14.3. Regra da complementaridade do recurso já interposto (art. 1.024, § 4º, CPC).....	356

14.4. Desnecessidade de ratificação	357
15. Embargos inadmissíveis e produção de efeitos. Regra geral e o art. 897-A, § 3º, CLT.....	358
16. Embargos de declaração protelatórios.....	359
16.1. Generalidades	359
16.2. Multa não excedente a dois por cento do valor atualizado da causa.....	360
16.3. Na reiteração, elevação da multa, condicionado novo recurso ao depósito da multa.....	361
16.4. Exceção: beneficiário da gratuidade e a Fazenda Pública	363
16.5. Não permissão de terceiros embargos, após os dois primeiros terem sido considerados protelatórios.....	364
16.6. Embargos de declaração protelatórios no processo eleitoral.....	365
17. Embargos de declaração e pré-questionamento	365
17.1. Generalidades. Consagração do pré-questionamento ficto – superação do enunciado n. 211 da súmula do STJ e do entendimento mais recente do STF (art. 1.025, CPC)	365
17.2. Embargos de declaração com finalidade de pré-questionamento não têm caráter protelatório (súmula do STJ, n. 98).....	368
18. Embargos de declaração e ordem cronológica: art. 12, § 1º, V, CPC	369
19. Embargos de declaração e <i>amicus curiae</i>	369
20. Controle de constitucionalidade e o julgamento dos embargos de declaração.....	370
Capítulo 6 ► Agravo Interno	371
1. Generalidades e cabimento	371
2. Prazo.....	372
3. Dispensa de preparo, regularidade formal e contrarrazões	374
4. Procedimento de julgamento.....	375
5. Agravo interno manifestamente inadmissível ou manifestamente improcedente	376
6. Agravo interno e a regra de respeito à ordem cronológica de conclusão	377
7. Agravo interno e embargos de declaração	377
Capítulo 7 ► Recurso ordinário constitucional.....	379
1. Hipóteses de cabimento.....	379
2. Regime jurídico.....	380
3. Efeitos do recurso ordinário. Medida destinada a obtenção de efeito suspensivo	382
4. Interposição de recurso extraordinário no lugar do ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito.....	383
5. Procedimento	384
6. Recurso ordinário constitucional para o STF	386
7. Recurso ordinário constitucional para o STJ.....	387
7.1. Recurso ordinário constitucional em mandado de segurança.....	387
7.2. Recurso ordinário constitucional em causas internacionais.....	388

7.2.1. Interposição de apelação no lugar do recurso ordinário. Fungibilidade. Primazia do exame do mérito	389
7.2.2. Sucumbência recursal.....	390

Capítulo 8 ► **Recurso extraordinário e recurso especial391**

1. Características gerais	392
2. Efeito devolutivo restrito. Recursos de fundamentação vinculada.....	392
3. Recursos extraordinários e reexame de prova	392
4. Recurso excepcional e os conceitos jurídicos indeterminados.....	395
5. Recursos extraordinários e interpretação de cláusula contratual.....	396
6. Pré-questionamento.....	398
7. Exigência de prévio esgotamento das instâncias ordinárias. Proibição de recurso extraordinário ou especial <i>per saltum</i>	402
8. Recursos extraordinário e especial contra provimentos de urgência (Súmula do STJ, n. 86 e Súmula do STF, n. 735).....	404
9. Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial no tribunal local (art. 1.030, CPC)	407
9.1. Do juízo provisório exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local	407
9.2. A interpretação do art. 1.030 do CPC e o juízo de mérito exercido pelo presidente ou vice-presidente do tribunal local	407
9.3. As condutas que podem ser tomadas pelo Presidente ou Vice-Presidente do tribunal local	410
9.4. O art. 1.030 do CPC e a possibilidade de superação do entendimento dos tribunais superiores.....	414
9.5. O enunciado 83 da súmula do STJ e a necessidade de sua superação	416
10. Primazia da decisão do mérito do recurso extraordinário ou especial (art. 1.029, § 3º, CPC)	419
11. Efeito suspensivo.....	422
12. Profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais	424
12.1. Generalidades. O art. 1.034, CPC, e o n. 456 da súmula do STF. O exame de questões apreciáveis ex officio e de outras questões não enfrentadas pelo tribunal recorrido	424
12.2. As questões supervenientes. O art. 493 do CPC aplicado aos recursos extraordinários.....	429
12.3. Os enunciados 292 e 528 da súmula da jurisprudência predominante do STF e o parágrafo único do art. 1.034 do CPC.....	433
13. Preparo	436
14. Interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário. O art. 1.031 do CPC. O enunciado 283 da súmula do STF. O enunciado 126 da súmula do STJ	437
14.1. Generalidades	437
14.2. Momento da interposição simultânea	441
14.3. Substitutividade compartilhada.....	442
14.4. Repercussão geral do recurso extraordinário e o enunciado 283 da súmula do STF	443

14.5. Processamento dos recursos extraordinários interpostos conjuntamente. Análise do art. 1.031 do CPC.....	446
15. Recurso especial	448
15.1. Considerações gerais sobre o recurso especial	448
15.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....	449
15.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....	452
15.4. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 105 da CF/1988.....	453
15.5. Regra de conversão do recurso especial em recurso extraordinário.....	456
15.6. Recurso extraordinário em julgamento de recurso especial	458
15.7. Controle difuso da constitucionalidade da lei federal apontada como violada	459
15.8. Recurso especial em remessa necessária	460
16. Recurso extraordinário	461
16.1. Considerações gerais	461
16.2. Cabimento com fundamento na letra “a” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	463
16.2.1. Generalidades.....	463
16.2.2. O problema da ofensa reflexa. Conversão do recurso extraordinário em recurso especial	464
16.3. Cabimento com fundamento na letra “b” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	468
16.4. Cabimento com fundamento na letra “c” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	470
16.5. Cabimento com fundamento na letra “d” do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	470
16.6. Recurso extraordinário contra julgamento que contraria tratado internacional sobre direitos fundamentais.....	472
16.7. A repercussão geral	473
16.7.1. Generalidades.....	473
16.7.2. Repercussão geral e arguição de relevância	474
16.7.3. Concretização da repercussão geral	475
16.7.4. Hipóteses de presunção legal absoluta de repercussão geral.....	478
16.7.5. Julgamento eletrônico (“plenário virtual”).....	479
16.7.6. Repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.....	482
16.7.7. Repercussão geral, ofensa reflexa à Constituição e julgamento de casos repetitivos sobre questão processual. O julgamento virtual e o precedente vinculativo, nos termos do Regimento Interno do STF	483
16.7.8. Eficácia vinculante do precedente em repercussão geral.....	485
16.7.9. Ausência de repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto	486
16.7.10. Intervenção de amicus curiae e suspensão dos processos pendentes.....	488
16.7.11. Requerimento de exclusão do processo da ordem de sobrestamento	489
16.8. A “objetivação” do recurso extraordinário: o controle difuso de constitucionalidade e o sistema de precedentes obrigatórios.....	490

CAPÍTULO 9 ► **Agravo em recurso especial ou extraordinário495**

1. Características gerais	495
---------------------------------	-----

2. Cabimento.....	496
3. Agravo em recurso especial ou extraordinário com fundamento em mais de uma hipótese admissibilidade	496
4. Dispensa de preparo	498
5. Procedimento	498
5.1. Interposição, prazo e contraditório.....	498
5.2. Juízo de retratação.....	499
5.3. Remessa à Corte Superior.....	499
6. Aplicação do regime de julgamento de casos repetitivos	500
7. Julgamento.....	500
8. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	502

CAPÍTULO 10 ► Embargos de divergência.....503

1. Conceito e objetivos dos embargos de divergência	503
2. Hipóteses de cabimento.....	504
3. Necessidade de a divergência ser atual e sua comprovação (confronto analítico)	509
4. Procedimento	511
5. Causa de pedir e pedido nos embargos de divergência.....	513
6. Dever de fundamentação na inadmissibilidade dos embargos de divergência.....	514
7. Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário.....	515
8. Embargos de divergência repetitivos.....	515

Capítulo 11 ► Remessa Necessária517

1. Terminologia	517
2. Noções históricas	517
3. Natureza jurídica	521
4. Hipóteses de Cabimento	526
4.1. Decisão de mérito proferida contra a Fazenda Pública	526
4.2. Remessa necessária e decisões que não resolvem o mérito.....	527
4.3. Remessa necessária no processo da ação popular.....	528
4.4. Remessa necessária na ação civil pública. Aplicação analógica da Lei nº 4.717/1965	529
4.5. Remessa necessária em processo de mandado de segurança	530
4.6. Sentença que acolhe embargos à execução fiscal	531
4.7. Sentença proferida em processo no qual a Fazenda Pública figura como assistente simples do réu.....	532
4.8. Remessa necessária e sentença arbitral.....	532
4.9. Pressuposto negativo de admissibilidade da remessa necessária	533
4.10. A remessa necessária e as decisões interlocutórias não agraváveis. Aplicação do § 1º do art. 1.009 do CPC à remessa necessária.....	534
5. Remessa necessária e a extensão da coisa julgada à questão prejudicial incidental	534
6. Procedimento	535
7. Tutela provisória na remessa necessária.....	536

8. Dispensa da remessa necessária	537
8.1. Hipóteses de dispensa da remessa necessária previstas no CPC e na legislação extravagante. Valor da condenação ou do direito controvertido. Súmulas (judiciais e administrativas). Precedentes obrigatórios. Entendimentos vinculantes.....	537
8.2. Hipóteses de dispensa da remessa necessária no mandado de segurança	541
8.3. Dispensa da remessa por negócio processual.....	542
9. A necessidade de determinação da remessa necessária pelo Juiz. meios de impugnação contra a dispensa da determinação	542
10. Aplicação do § 3º do art. 1.013 ao julgamento da remessa necessária	544

PARTE 3 – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL E QUERELA NULLITATIS

Capítulo 12 ► Ação Rescisória	547
1. Generalidades.....	547
2. Decisão rescindível.....	549
2.1. Decisão interlocutória, sentença, decisão de membro de tribunal ou acórdão	549
2.2. Decisão de inadmissibilidade (art. 966, § 2º).....	551
2.2.1. Generalidades.....	551
2.2.2. Decisões de inadmissibilidade que impedem a repositura da demanda (art. 966, § 2º, I).....	551
2.2.3. Decisões de inadmissibilidade que impedem o conhecimento de recurso (art. 966, § 2º, II).....	554
2.3. Decisão que aplica sanção processual e decisão sobre as verbas da sucumbência.....	555
2.4. Decisões que homologam autocomposição.....	556
2.5. Decisão que homologa partilha amigável	558
2.6. Decisão que julga a liquidação de sentença	559
2.7. Decisão que extingue a execução.....	560
2.8. Rescisória de rescisória.....	561
2.9. Rescisória parcial (art. 966, § 3º, CPC)	562
2.10. Rescisória de questão prejudicial incidental.....	563
2.11. Tutela provisória estabilizada	564
2.12. Juizados Especiais.....	564
2.13. Jurisdição voluntária	565
2.14. A decisão <i>citra petita</i> . A OJ 41 da SBDI-2 do TST. Superação do enunciado 453 da súmula do STJ	566
2.15. Incidentes processuais.....	567
2.16. Casos de <i>querela nullitatis</i>	568
2.17. O enunciado n. 514 da súmula do Supremo Tribunal Federal	569
2.18. Decisão rescindenda e trânsito em julgado superveniente	570
2.19. A ação rescisória e a ação “anulatória” do § 4º do art. 966 do CPC.....	570
2.19.1. Nota introdutória. Premissas para a compreensão do problema	570

2.19.2.	Análise dogmática do § 4º do art. 966	572
2.19.2.1.	Generalidades e duas primeiras impropriedades técnicas	572
2.19.2.2.	Atos de disposição de direitos homologados pelo juízo.....	573
2.19.2.3.	Atos homologatórios praticados no curso da execução.....	574
3.	Legitimidade	576
3.1.	Ativa.....	576
3.1.1.	Parte no processo originário ou seu sucessor a título singular ou universal	576
3.1.2.	Terceiro juridicamente interessado	576
3.1.3.	Ministério Público	577
3.1.4.	Aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	578
3.2.	Passiva	579
4.	Competência para processar e julgar a ação rescisória	581
4.1.	Generalidades	581
4.2.	A competência para julgar rescisória contra decisão de juiz federal proferida nas causas internacionais do inciso II do art. 109 da Constituição Federal.....	585
4.3.	Ação rescisória de capítulo da decisão	586
4.4.	Incompetência, primazia da decisão de mérito e o § 5º do art. 968 do CPC.....	587
5.	O prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	589
5.1.	Natureza: prazo de decadência legal.....	589
5.2.	Regra geral.....	590
5.3.	Prazo especial: ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais (art. 8º-C, Lei n. 6.739/1979).....	591
5.4.	Contagem do prazo. A ação rescisória e a coisa julgada parcial	592
5.5.	Prazo para a ação rescisória e juízo de inadmissibilidade do recurso	596
5.6.	Regras especiais de contagem do prazo da ação rescisória.....	597
5.6.1.	Contagem de prazo na ação rescisória por prova nova (art. 975, § 2º)	597
5.6.2.	Contagem de prazo na ação rescisória em razão de simulação ou fraude à lei (art. 975, § 3º)	597
5.6.3.	Regra de contagem de prazo de ação rescisória no caso de decisão que contrarie entendimento do STF sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo	598
5.6.3.1.	Hipótese de rescindibilidade.....	598
5.6.3.2.	Decisão do STF posterior à coisa julgada	600
5.6.3.3.	Termo inicial do prazo para a ação rescisória	600
5.6.3.4.	Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	601
5.6.3.5.	Aplicação da regra especial às decisões que regulam relação jurídica permanente ou relação jurídica de trato continuado	602
5.6.3.6.	Direito transitório	603
6.	Hipóteses de rescindibilidade	605
6.1.	Generalidades	605
6.2.	A causa de pedir na ação rescisória.....	606

6.3.	Hipóteses.....	608
6.3.1.	Decisão produto de prevaricação, concussão ou corrupção.....	608
6.3.2.	Impedimento do juiz.....	612
6.3.3.	Incompetência absoluta do juízo.....	613
6.3.3.1.	Generalidades.....	613
6.3.3.2.	Possibilidade de pedido de rejulgamento da causa.....	613
6.3.3.3.	Rescisória por incompetência absoluta, princípio da boa-fé processual e regramento da incompetência no CPC.....	615
6.3.4.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida.....	617
6.3.4.1.	Generalidades.....	617
6.3.4.2.	Decisão resultante de outros comportamentos contrários à boa-fé objetiva. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.....	618
6.3.5.	Simulação ou colusão das partes.....	620
6.3.6.	Ofensa à coisa julgada.....	624
6.3.6.1.	Generalidades.....	624
6.3.6.2.	Conflito entre coisas julgadas.....	625
6.3.7.	Manifesta violação a norma jurídica.....	626
6.3.7.1.	Generalidades.....	626
6.3.7.2.	Princípio da legalidade.....	629
6.3.7.3.	Texto versus norma jurídica.....	631
6.3.7.4.	Normas individuais e gerais: o sentido do termo “norma jurídica” no inciso V do art. 966 do CPC.....	632
6.3.7.5.	O que é uma “manifesta violação” à norma jurídica?.....	634
6.3.7.5.1.	Generalidades.....	634
6.3.7.5.2.	O n. 343 da súmula do STF.....	635
6.3.7.5.3.	Violação manifesta à norma jurídica e direito à distinção.....	637
6.3.7.6.	O inciso V do art. 966 <i>versus</i> o § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do CPC.....	637
6.3.8.	Prova falsa.....	639
6.3.8.1.	Generalidades.....	639
6.3.8.2.	Decisão lastreada em prova ilícita que não seja falsa.....	640
6.3.9.	Prova nova.....	641
6.3.9.1.	Generalidades.....	641
6.3.9.2.	O sentido da expressão “prova nova”.....	643
6.3.9.3.	Comprovação do momento da descoberta da prova nova.....	644
6.3.9.4.	Referência a fatos controvertidos no processo originário. Impossibilidade de o revel ajuizar ação rescisória fundada em prova nova.....	646
6.3.9.5.	Suficiência da prova nova para alterar a conclusão do julgado rescindendo.....	647
6.3.10.	Erro de fato.....	647

7. Aspectos do procedimento da ação rescisória	649
7.1. Petição inicial, improcedência liminar do pedido	649
7.2. Depósito obrigatório.....	652
7.3. Valor da causa	656
7.4. Prazo de resposta do réu.....	657
7.5. Revelia na ação rescisória.....	658
7.6. Audiência preliminar de mediação ou conciliação. A autocomposição em ação rescisória.....	659
7.7. Reconvenção na ação rescisória.....	660
7.8. Produção de provas na ação rescisória.....	660
7.9. Intervenção do Ministério Público.....	662
7.10. Suspensão da execução da decisão rescindenda e tutela provisória na ação rescisória.....	663
7.11. Tutela provisória de evidência na ação rescisória	664
8. Procedimento para o julgamento. O <i>iudicium rescindens</i> e o <i>iudicium rescissorium</i>	665
9. Eficácia temporal do julgamento rescindente	669
10. Recursos na ação rescisória	670
11. Execução na ação rescisória	672

Capítulo 13 ► **Reclamação** **673**

1. Breve histórico da reclamação e sua evolução no Brasil	673
2. Fundamentos da reclamação	674
2.1. Aspectos constitucionais	674
2.2. A teoria dos poderes implícitos e a teoria da reserva legal	676
2.3. A previsão da reclamação em outras leis.....	677
2.4. O papel dos regimentos internos dos tribunais.....	677
3. Natureza jurídica	678
3.1. Generalidades	678
3.2. Entendimento do STF a respeito da natureza jurídica da reclamação.....	681
3.3. Consequências da definição da natureza jurídica da reclamação	683
3.3.1. Requisitos da petição inicial e capacidade postulatória	683
3.3.2. Decisão apta a formar coisa julgada.....	683
3.3.3. Custas e honorários advocatícios na reclamação	683
3.4. Cabimento da reclamação em todos os tribunais	685
3.5. Cabimento da reclamação contra decisão do próprio tribunal	686
4. Reclamação e decisão transitada em julgado	687
5. Hipóteses de cabimento da reclamação (demanda típica, de fundamentação vinculada)	688
5.1. Generalidades	688
5.2. Reclamação para preservação de competência do tribunal	689
5.3. Reclamação para garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	692
5.3.1. Generalidades.....	692

5.3.2.	Reclamação contra ato que desrespeitou enunciado de súmula vinculante do STF	696
5.3.3.	Reclamação para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade	700
5.3.3.1.	Generalidades. A chamada “transcendência dos motivos determinantes”	700
5.3.3.2.	Reclamação 4.374/PE do STF. A possibilidade de reclamação para revisar decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade	704
5.3.4.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência	705
5.3.5.	Reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de recurso especial ou extraordinário repetitivo (art. 988, § 5º, II, CPC)	708
5.3.6.	Reclamação contra decisões em Juizados Especiais Cíveis. Revogação da Resolução n. 12/2009-STJ pela Resolução 03/2016 do STJ	712
5.4.	A reclamação como instrumento para realização da distinção	714
5.5.	A reclamação como instrumento para interpretação da decisão do tribunal	716
6.	Legitimidade para a reclamação	717
6.1.	Legitimidade ativa	717
6.1.1.	Generalidades	717
6.1.2.	Capacidade processual do Ministério Público estadual para ajuizar reclamação perante tribunal superior	718
6.2.	Legitimidade passiva e intervenção do interessado	720
7.	Procedimento da reclamação	722
7.1.	Previsão legal	722
7.2.	Processo documental (prova pré-constituída)	722
7.3.	Requisitos da petição inicial	723
7.4.	Prevenção do relator	724
7.5.	Indeferimento da petição inicial ou julgamento de improcedência liminar do pedido pelo relator	725
7.6.	Tutela provisória na reclamação	726
7.7.	Reclamação repetitiva	727
7.8.	Prazo para ajuizamento da reclamação	728
7.9.	Relação entre recurso e reclamação (art. 988, § 6º, CPC)	729
7.10.	Intervenção do Ministério Público na reclamação	729
8.	Decisão que julga a reclamação	733
9.	Eficácia imediata e posterior lavratura do acórdão	733
10.	Recursos na reclamação	734
CAPÍTULO 14 ► Ação de Nulidade da Sentença (Querela Nullitatis)		735
1.	Generalidades	735

2. Outros meios processuais para a <i>querela nullitatis</i>	738
3. <i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória.....	739
4. Competência.....	740
5. <i>Querela nullitatis</i> e preclusão.....	741

PARTE 4 – INCIDENTES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL

Capítulo 15 ► **Julgamento de Casos Repetitivos 745**

1. A litigiosidade em massa e as questões de direito repetitivas. Do processo coletivo da ação coletiva ao processo coletivo do julgamento de casos (“questões”) repetitivos.....	746
2. Outros mecanismos para a solução de casos repetitivos.....	751
3. O julgamento de casos repetitivos no CPC.....	753
4. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e sua dupla função.....	753
5. Microssistema de julgamento de casos repetitivos e o processo do trabalho.....	756
6. Parte geral que regula o julgamento de casos repetitivos.....	757
6.1. Sistema adotado: causa-piloto ou causa-modelo?.....	757
6.1.1. Generalidades.....	757
6.1.2. A opção brasileira.....	758
6.1.3. A desistência ou abandono do caso-piloto. A hipótese de causa-modelo no direito brasileiro.....	760
6.1.4. Conclusão parcial.....	761
6.1.5. A recorribilidade e o julgamento da causa-modelo.....	762
6.2. Regras que compõem o núcleo do microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.....	764
6.2.1. Generalidades.....	764
6.2.2. Reconhecimento da conexão por afinidade, com suspensão dos processos em que a questão a ser decidida se repete.....	764
6.2.3. Exercício do direito à distinção e revogação da suspensão indevida (art. 1.037, §§ 8º a 13).....	766
6.2.4. Estímulo à desistência do processo, antes de proferida a sentença (art. 1.040, §§ 1º a 3º, CPC).....	767
6.2.5. Comunicação ao órgão, ente ou agência reguladora, no caso de questão relacionada à prestação de serviço objeto de concessão, permissão ou autorização (arts. 985, § 2º, e 1.040, IV, CPC). Comunicação da instauração e da decisão.....	768
6.2.6. Regramento do abandono (art. 976, § 1º, CPC).....	769
6.2.7. Regramento da competência para a concessão da tutela de urgência (arts. 982, § 2º, e 1.029, § 5º, III, CPC).....	770
6.2.8. Incorporação da decisão ao julgamento dos processos pendentes, sobrestados ou não (arts. 985, I, e 1.040, I e III, CPC).	771
6.3. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios (art. 927, CPC).....	772

6.3.1.	Generalidades.....	772
6.3.2.	Divulgação e publicidade.....	773
6.3.3.	Participação ampliada: interessados e <i>amicus curiae</i>	774
6.3.4.	Intervenção do Ministério Público.....	778
6.3.5.	Calendário processual (art. 191, CPC).....	779
6.3.6.	Possibilidade de interposição de recurso pelo <i>amicus curiae</i>	780
6.3.7.	Eficácia da decisão para processos futuros.....	781
6.3.8.	Procedimento para revisão da tese jurídica (superação do precedente obrigatório formado de modo concentrado).....	781
6.4.	Outras regras comuns às espécies de julgamento de casos repetitivos.....	784
6.4.1.	Seleção do caso representativo.....	784
6.4.2.	Identificação da questão a ser submetida a julgamento. O respeito à congruência.....	786
6.4.3.	Decisão.....	787
6.4.3.1.	Fundamentação. A relação com o art. 489, § 1º, CPC.....	787
6.4.3.2.	Elementos do acórdão do incidente de julgamento de casos repetitivos. Sumário dos argumentos examinados e núcleos decisórios.....	788
6.4.4.	Eficácia da decisão em relação a decisões já transitadas em julgado.....	791
6.4.5.	Prevenção do relator que primeiro tiver afetado (art. 1.037, § 3º, CPC).....	792
6.4.6.	Instauração de mais de um procedimento para fixação de casos repetitivos. Litispendência e conexão entre os incidentes.	793
6.4.7.	Prazo para julgamento – um ano (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC).....	795
6.4.8.	Prioridade de julgamento (arts. 980 e 1.037, § 4º, CPC) e exclusão da ordem cronológica de julgamento (art. 12, § 2º, III, CPC).....	795
6.4.9.	Aplicação do regime de julgamento e gestão de casos repetitivos a qualquer processo, recurso ou incidente.....	795
7.	O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	797
7.1.	Natureza jurídica.....	797
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	798
7.3.	Competência para admitir o IRDR. Irrecorribilidade da decisão que não admite o IRDR e possibilidade de repropositura do IRDR não admitido.....	801
7.4.	Sustentação oral no juízo de admissibilidade do IRDR.....	802
7.5.	Confronto entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência.....	803
7.6.	Fungibilidade entre incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	804
7.7.	Uniformização de jurisprudência ainda pendente de julgamento após o início da vigência do CPC-2015.....	804
7.8.	Competência para o julgamento do IRDR. O IRDR, as causas de competência originária e os recursos ordinários no tribunal superior.....	805
7.9.	Legitimidade para instauração do IRDR.....	807
7.10.	Casos em que cabe o IRDR e momento de sua instauração.....	810

7.11. Custas (art. 976, § 5º, CPC).....	811
7.12. Suspensão dos processos	811
7.12.1. Generalidades.....	811
7.12.2. Extensão da suspensão	813
7.12.3. Suspensão nacional dos processos.....	813
7.12.4. Início, duração e término do período de suspensão.....	816
7.12.5. Tutela provisória no incidente: interpretação provisória, em vez de suspensão dos processos.....	817
7.13. Procedimento e julgamento do IRDR	818
7.14. A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas e as suas funções.....	820
7.15. Recursos no IRDR.....	822
7.16. Ação rescisória	826
7.17. IRDR e Juizados Especiais.....	827
7.17.1. Eficácia da decisão do IRDR sobre os processos que tramitam nos Juizados Especiais	827
7.17.2. IRDR no âmbito dos juizados e IRDR instaurado a partir dos juizados	830
8. Recursos especiais ou extraordinários repetitivos.....	831
8.1. Observação introdutória	831
8.2. Técnica de gestão dos recursos repetitivos pelo presidente ou vice-Presidente do tribunal de origem.....	832
8.3. Legitimidade para provocar a instauração do incidente.....	835
8.4. Questão de direito que pode ser objeto do incidente.....	837
8.5. Poderes do relator	837
8.6. Recursos especiais repetitivos e seu processamento no STJ: regulamentação em seu regimento interno.....	839
8.7. Retratação do órgão recorrido em razão do julgamento do recurso extraordinário ou especial repetitivo.....	842
Capítulo 16 ► Incidente de Assunção de Competência	845
1. Breve histórico legislativo.....	845
2. Instrumento destinado a concretizar a tutela da segurança jurídica.....	848
3. Competência e cabimento.....	849
4. Objetivos.....	849
5. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	850
5.1. Generalidades	850
5.2. Aplicação do núcleo desse microssistema	851
5.3. Aplicação das normas relativas à formação do precedente	852
5.3.1. Participação de <i>amici curiae</i>	852
5.3.2. Audiências públicas	853
5.3.3. Reforço do dever de motivar	853
5.3.4. Intervenção do Ministério Público.....	854

5.3.5. Publicidade	855
5.3.6. Regras sobre superação	855
5.4. Incidência das normas relativas à aplicação do precedente	856
6. Pressupostos do incidente de assunção de competência	857
7. Legitimidade para provocar a instauração do incidente de assunção de competência ou para pedir a revisão da tese firmada em anterior incidente	859
8. Competência	861
9. Ordem cronológica para julgamento e aplicação ao incidente de assunção de competência	862
10. Recursos	863
11. Desistência ou abandono da causa. Consequências no incidente de assunção de competência	864
 Capítulo 17 ► Incidente de arguição de inconstitucionalidade em tribunal	867
1. A regra do <i>full bench</i>	867
2. Divisão da competência funcional	869
3. Natureza jurídica da decisão. incidente de formação concentrada de precedente obrigatório. apelo ao respectivo Microsistema	872
4. Intervenção do ministério Público	873
5. decisão do incidente, coisa julgada e recurso	873
6. casos em que se dispensa a instauração do incidente	874
7. súmula vinculante do STF, n. 10	875
8. Regra do <i>full bench</i> e decisão fundada em cognição sumária	876
9. Regra do <i>full bench</i> e decisão proferida por turma recursal	876
 CAPÍTULO 18 ► Pedido de suspensão de segurança	879
1. Previsão legal	879
2. Natureza jurídica do pedido de suspensão	882
3. Legitimidade para o ajuizamento do pedido de suspensão	884
4. Competência para o pedido de suspensão	886
5. Procedimento do pedido de suspensão	887
6. Duração da suspensão concedida	888
7. Do agravo interno contra a decisão do pedido de suspensão	890
8. Da renovação do pedido de suspensão para o Tribunal Superior	891
9. Da suspensão para várias decisões similares e do requerimento de aditamento	893
10. Da possibilidade de utilização concomitante de agravo de instrumento e de pedido de suspensão dos efeitos da decisão interlocutória	894
11. Do pedido de suspensão em Juizados Especiais Federais e em Juizados Especiais da Fazenda Pública	895
 Bibliografia	897